

CONDIÇÕES DAS MULHERES E HOMENS JORNALISTAS NA GUINÉ-BISSAU

ÍNDICE

INTRODUÇÃO _____	5	PARTE 5. OS MEDIA GUINEENSES E A RELAÇÃO COM O PODER _____	28
PARTE 1. PERFIL DAS E DOS JORNALISTAS GUINEENSES _____	11	Liberdade de imprensa e de expressão _____	29
Habilitações _____	11	Instabilidade veda a liberdade de imprensa e expressão no país _____	30
Número de filhos _____	13	Respeito pela Ética e Deontologia Profissional _	36
Associativismo das e dos jornalistas _____	14		
PARTE 2. A IGUALDADE DE GÉNERO NOS ÓRGÃOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL GUINEENSES 16		CONCLUSÃO _____	46
Violência e assédio no exercício da profissão __	19	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS _____	48
PARTE 3. SITUAÇÃO ECONÓMICA DAS E DOS JOR- NALISTAS _____	22	ANEXOS _____	49
PARTE 4. DIREITOS HUMANOS / DISCRIMINAÇÃO NO JORNALISMO GUINEENSE _____	26		
Opinião geral sobre o jornalismo que se pratica no país _____	26		

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1. Habilitação literária versos estado civil dos jornalistas	12
Tabela 2. Estado civil dos jornalistas	13
Tabela 3. Número de filhos por sexo dos Inquiridos	13

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Habilitação Literária dos Inquiridos	11
Gráfico 2. É membro do SINJOTECS ou da AMPROCS?	14
Gráfico 3. A igualdade de género é respeitada?	16
Gráfico 4. Há discriminação na atribuição dos trabalhos?	18
Gráfico 5. Já foi alvo de violência durante o trabalho?	19
Gráfico 6. Foi alvo de que tipo de assédio durante o trabalho?	20
Gráfico 7. Já foi alvo de assédio no exercício da profissão?	21
Gráfico 8. Beneficia de um salário fixo enquanto jornalista?	22
Gráfico 9. Aufere outro tipo de rendimento, para além do de jornalista?	25
Gráficos 10 e 11. Um artigo escrito por uma mulher jornalista deve ser revisto por um homem? e vice-versa?	27
Gráfico 12. Há influência política no exercício da profissão de jornalista?	28
Gráfico 13. Há liberdade de imprensa e de expressão na Guiné-Bissau?	29
Gráfico 14. O governo está empenhado no combate à violação da liberdade de imprensa?	34
Gráfico 15. Sente-se segura/o no exercício da profissão?	35
Gráfico 16. Existe divisão/polarização na imprensa guineense?	37
Gráfico 17. O suborno influencia o trabalho dos jornalistas?	38
Gráfico 18. Existe objetividade no tratamento da informação sensível nos media?	39
Gráfico 19. Os conteúdos produzidos pelos media guineense contribuem para a paz e estabilidade?	39
Gráfico 20. A falta de formação influencia a neutralidade dos jornalistas?	41
Gráfico 21. A falta de formação influencia a objetividade dos jornalistas?	42
Gráfico 22. A liberdade de imprensa e de expressão são aspetos importantes para a consolidação da democracia?	43
Gráfico 23. Há autocensura no jornalismo guineense?	45

ACRÓNIMOS

ACEP Associação de Cooperação Entre os Povos
AMPROCS Associação de Mulheres Profissionais da Comunicação Social
ANP Assembleia Nacional Popular
CNCS Conselho Nacional de Comunicação Social
LGDH Liga Guineense dos Direitos Humanos
MIGUILAN “Mindjeris di Guiné Nô Lanta”
OCS Órgãos da Comunicação Social
OIJ Organização Internacional dos Jornalistas
OJGB Ordem dos Jornalistas da Guiné-Bissau
PAIGC Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde
PJ Polícia judiciária
RDN Rádio Difusão Nacional
RENARC Rede Nacional de Rádios Comunitárias
SAB Sector Autónomo de Bissau
SINJOTECS Sindicato de Jornalistas e Técnicos da Comunicação Social
TGB Televisão da Guiné-Bissau

RESUMO

O objetivo do presente estudo é analisar as condições dos/as jornalistas na Guiné-Bissau e, com maior incidência, das mulheres jornalistas e outras profissionais da comunicação social. O estudo em causa aprecia a questão da igualdade de género no sector de comunicação social guineense, situação económica dos jornalistas, relação dos profissionais da comunicação social com o poder, bem como a questão da ética e deontologia profissional dos jornalistas, a partir de dados de um inquérito realizado a 100 jornalistas guineenses (70 dos quais mulheres jornalistas). Em suma, o presente trabalho de inquérito demonstra claramente a falta de independência económica dos jornalistas guineenses, a interferência política nas tarefas dos profissionais da comunicação social e a falta da vontade política em garantir a liberdade de imprensa e de expressão, assim como defender a integridade física e moral das mulheres e dos homens da imprensa guineense.

INTRODUÇÃO

O presente estudo visa contribuir para o conhecimento da situação económica dos profissionais da comunicação social guineense, analisar até que ponto a situação da igualdade de género é respeitada nos diferentes órgãos de comunicação e, por outro lado, perceber até que ponto a interferência política nas tarefas dos jornalistas é uma realidade na Guiné-Bissau. Procura ainda analisar o nível da violação da liberdade de imprensa e de expressão, bem como o nível de preparação dos profissionais do media no país.

Os dados do inquérito realizado para este estudo revelam claramente que as empresas da comunicação social, ou seja, os órgãos da imprensa guineense na sua totalidade, deparam-se com dificuldades económicas em todos os níveis. O mais caricato é que a maioria da imprensa guineense não consegue pagar ordenados aos seus funcionários, apenas um número reduzido consegue cumprir este dever. Tais cenários, independentemente de colocar os profissionais da comunicação social numa situação desconfortável, colocam em causa a credibilidade e a independência dos mesmos nos órgãos da comunicação social guineense.

Em relação à situação da igualdade de género nos órgãos da comunicação social constata-se que esta luta de tentar equilibrar um pouco a representatividade das mulheres nas instituições está muito aquém das expectativas. Fala-se da lei da paridade de género aprovada em 2018, uma lei que reserva para as mulheres o direito de deter 36% da representatividade nos órgãos do poder político, mas, no entanto, tudo isso não passa de uma operação cosmética, porque apesar de existir a lei da cota, o desequilíbrio da representatividade entre homens e mulheres nos lugares-chave das instituições continua a ser gritante, favorecendo os homens.

Por outro lado, nota-se, por uma questão cultural, uma certa resignação por parte das mulheres na luta pela emancipação e uma certa dose de interiorização de um sentimento de inferioridade em relação aos homens, ou seja, em certos casos elas não conseguem libertar-se das amarras do “complexo de inferioridade”, comportamento que geralmente acaba por colocar os homens no epicentro de tudo.

No que diz respeito à violação da liberdade de imprensa e de expressão, preliminarmente, entendemos que esses valores não podem e nem devem ser encarados como algo inútil porque a liberdade de imprensa e de expressão têm uma relação simbiótica

com a democracia. Isto significa que não podemos admitir a possibilidade de uma verdadeira democracia sem que existam liberdade de imprensa e de expressão.

A liberdade da imprensa e de expressão apresentam-se sempre como pressupostos na observância da boa-fé e da ética da relação entre o poder, a imprensa e os líderes da opinião. Mas na Guiné-Bissau essas liberdades, que de uma forma ou outra contribuem para a consolidação da democracia, continuam a ser, fortemente, abaladas pelas vicissitudes (males) da existência de tortura, perseguições, e chantagem, com o propósito declarado de silenciar os homens e mulheres da imprensa e os líderes da opinião pública. O Estado com responsabilidade de garantir a integridade física e moral dos seus concidadãos e concidadãs desvaloriza as situações por que passam os profissionais dos media guineenses.

METODOLOGIA

O estudo sobre as condições dos jornalistas na Guiné-Bissau ora realizado está dividido em três fases com diferentes objetivos:

- Num primeiro momento foi realizada uma formação das antenas regionais no âmbito da realização de inquérito e definição do grupo-alvo de inquérito. O objetivo era permitir que os inquiridores tivessem condições técnicas na matéria, a fim de recolher dados realísticos no terreno;

- Seguidamente foi realizada a recolha dos dados no terreno, introdução numa matriz do Excel e apuramento dos dados por género, com base nas respostas de cada variável do inquérito. Esta matriz foi introduzida no programa SPSS para se poderem fazer alguns cruzamentos de variáveis. Esta etapa visa agrupar de forma quantitativa as diferentes opções de respostas de cada variável de acordo com a análise a desenvolver.

- Por fim, foi feita a análise e interpretação dos dados e validação do relatório do estudo. O objetivo é analisar e interpretar informações recolhidas no terreno e consequentemente validar com atores chave as conclusões e recomendações.

1.ª FASE – FORMAÇÃO DAS ANTENAS REGIONAIS NO ÂMBITO DA REALIZAÇÃO DO INQUÉRITO;

Para terem a noção da técnica do inquérito e aprofundar os questionários, as 10 antenas regionais, provenientes de todas as regiões do país (Gabú, Bafatá, Cacheu,

Tombali, Quinara, Oio, Bolama, Biombo e também do Sector Autónomo de Bissau), beneficiaram da capacitação de um dia na Casa dos Direitos com a coordenadora da Associação das Mulheres Profissionais da Comunicação Social (AMPROCS), Paula Silva Melo, e o supervisor do inquérito João Vaz (supervisor da equipa de inquiridores do Observatório dos Direitos).

No ato de capacitação procedeu-se à explicação do questionário e alguns exemplos sobre o preenchimento do referido.

2.ª FASE – RECOLHA DOS DADOS NO TERRENO E APURAMENTO DOS RESULTADOS

A recolha das informações junto dos profissionais de diferentes órgãos de comunicação social espalhados por oito regiões administrativas do país e do Sector Autónomo de Bissau (SAB) foi realizada através da aplicação de um questionário composto por sete subtítulos, além das informações preliminares, e quarenta perguntas, relacionadas com os aspetos da formação académica dos jornalistas, estado civil, situação económica, direitos humanos e discriminação, relacionamento dos jornalistas com o poder, ética e deontologia profissional dos jornalistas (anexo 2).

Feita a recolha e a introdução, o apuramento foi realizado da seguinte maneira (anexo 1):

- 1.º Apuramento com dados em geral de ambos géneros;
- 2.º Apuramento de dados específicos das mulheres;
- 3.º Apuramento de dados específicos dos homens

3.ª FASE – A ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS E VALIDAÇÃO DO RELATÓRIO DO ESTUDO.

Terminada a versão preliminar da fase de interpretação dos dados, o documento foi analisado por um especialista, Carlos Sangreman, do Centro de Estudos sobre Africa e do Desenvolvimento (CESA) da Universidade de Lisboa, que teve a amabilidade de dar algumas orientações no sentido de enriquecer o referido estudo. O mesmo estudo vai ser analisado e validado por diferentes organizações defensoras da classe jornalística.

BREVE CONTEXTO HISTÓRICO DE JORNALISMO NA GUINÉ-BISSAU

Ao falar da situação dos órgãos da comunicação social guineense reportamo-nos para as vicissitudes que, desde primórdios da época colonial até esta parte, têm afetado o trabalho dos jornalistas. Desde 1879, com o surgimento de uma tipografia em Bolama, que seria mais tarde designada por Imprensa Nacional da Guiné-Bissau, os profissionais da imprensa corriam riscos de perseguição espancamento e alguns até de morte pelo regime colonial que na altura dominava o país, por alegada ligação aos nacionalistas, como é o caso de Domingos Badinca (ver P. 35), como referido no livro intitulado *Os Media Na Guiné-Bissau*, da autoria de António Soares Lopes (vulgo Tony Tcheka), publicado em 2015.

Em dezembro de 1960, ainda antes da luta de libertação, o Partido Africano de Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) criou o jornal *Libertação* com periodicidade mensal. O jornal era lido pelos guineenses nacionalistas, na clandestinidade.

Nesta fase, criou-se uma estrutura designada Núcleo dos Jornalistas do PAIGC, que se associa à Organização Internacional de Jornalistas, uma organização muito próxima dos países do bloco soviético e do movimento dos países não-alinhados.

Mais tarde desenvolveu-se o termo de “jornalista militante”, conceito prevalecente mesmo após os primeiros anos da independência e que ainda hoje influencia negativamente a ética e deontologia profissional, estando na base da confusão da fronteira entre o jornalismo e a propaganda político-partidária (aprofundar a história nas páginas 41 a 43 do livro *Os Media Na Guiné-Bissau*).

Em 1991, já com o advento da democracia, a Assembleia Nacional Popular (ANP) aprovou algumas leis que estabeleceram as bases para o funcionamento do setor da comunicação social:

- Lei da Imprensa (Lei nº 4/91);
- Lei do Estatuto de jornalistas (Lei nº 5/91);
- Lei do Conselho Nacional da Comunicação Social (Lei nº 6/91);
- Lei de acesso dos Partidos Políticos aos órgãos de Comunicação Social (Lei nº 7/91).

Um ano depois surgiu o primeiro jornal privado, o semanário *Expresso de Bissau*. Já em 1995, surgiram-se iniciativas da criação das rádios privadas no país. A primeira

foi a Rádio Galáxia de Pindjiguite (maio de 1995), e no mesmo ano a Rádio Bombolom (Outubro de 1995) e a Rádio Mavegro (Janeiro de 1996), esta última transmitindo inicialmente só música e mais tarde noticiário central da BBC de Londres, em inglês.

Em 1998, com o conflito político-militar, os jornalistas e Órgãos da Comunicação Social (OCS) foram afetados em todas as dimensões. Primeiro porque todos órgãos foram silenciados e depois porque muitos deles viram as suas instalações violentadas e saqueadas. Os jornais foram obrigados a fechar as portas as rádios comunitárias deixaram de emitir.

Naquela altura a RDN e a Rádio Bombolom foram transformadas em veículos de propaganda de guerra das suas fações antagónicas.

A RDN perfilou-se em defesa do poder legalmente constituído, vulgarmente conhecido com o nome “Força Governamental” e a Rádio Bombolom, capturada pela força oponente ao regime do general João Bernardo Vieira (Nino) e transformada em Rádio Voz de Junta Militar.

Naquela altura, o jornalismo colapsou dando lugar à propaganda e linguagens belicistas, funcionando muitas vezes como tribunais radiofónicos que não hesitavam em julgar e condenar os jornalistas e cidadãos comuns, supostamente por estarem do outro lado da trincheira.

Entre 2001 a 2012, foram imensos os atropelos a leis e de abuso de poder contra os media e os jornalistas. Um dos vários exemplos de casos de abuso de poder contra os jornalistas é a detenção dos jornalistas Paula Silva Melo e Issufo Queita, pelo simples facto de terem divulgado na televisão pública um comunicado da Liga Guineense do Direitos Humanos (LGDH) que criticava a postura do então Primeiro-Ministro Caetano Intchamá. Este cenário de controlo e suspensão das emissões de alguns órgãos levou em 2002 a organização americana Freedom House a incluir a Guiné-Bissau na lista dos países com censura instalada (pág. 47 do livro *Os Media na Guiné-Bissau*).

Apesar da grande expectativa em transformar o cenário da imprensa guineense, a verdade é que de 2012 a esta parte os OCS e os seus profissionais continuam a ser alvos de perseguições políticas e espancamentos, factos que colocam em risco a liberdade de imprensa e de expressão e a própria democracia.

Nos dois últimos anos, ou seja, entre 2020 e 2022, os casos da violação da liberdade de imprensa e de expressão aumentaram consideravelmente e isto levou a Guiné-Bissau em janeiro de 2022 a ocupar o 92.º lugar da classificação do Índice da

Liberdade de Imprensa divulgada pela organização Repórteres Sem Fronteiras, no total de 180 países avaliados.

Além da grave deterioração do ambiente da segurança da imprensa as pressões políticas que nos últimos tempos incluíram espancamento dos jornalistas e o assalto e destruição da Rádio Capital FM, a falta de autonomia financeira e a interferência política nas atividades dos jornalistas têm posto em causa o exercício do jornalismo na Guiné-Bissau.

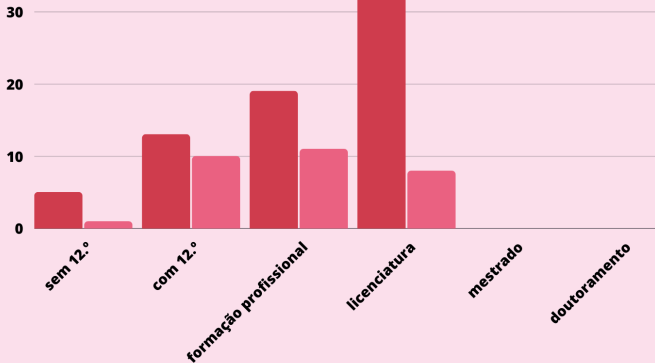
O mais grave é que os órgãos públicos e alguns privados continuam a trabalhar sob orientações dos regimes políticos instalados no país e alguns dos seus profissionais já chegaram a declarar, publicamente, militância a um determinado partido político, sem deixar de exercer a carreira jornalística, como recomenda o código deontológico dos jornalistas, o que representa uma tremenda incompatibilidade.

PARTE 1. PERFIL DAS E DOS JORNALISTAS GUINEENSES

HABILITAÇÕES

No que tem a ver com a habilitação literária das e dos 100 jornalistas inquiridas/os nas oito regiões do país e no Sector Autónomo de Bissau (SAB) os resultados revelam que 41 são licenciados, 30 têm formação profissional, 23 o décimo segundo ano e 6 com menos de décimo segundo ano. No universo de 41 licenciadas/os 33 são mulheres e 8 são homens, (ver com mais detalhes o gráfico em baixo):

Gráfico 1
HABILITAÇÃO LITERÁRIA DOS INQUIRIDOS



Fonte: Inquérito aos jornalistas, 2022, AMPROCS, ACEP, LGDH e MIGUILAN, Guiné-Bissau

ESTADO CIVIL E FAMÍLIA

Fazendo o cruzamento de dados da variável “habilitação literária” e da variável “estado civil dos inquiridos” compreende-se que a classe jornalística guineense está a progredir em termos de formação superior. No passado, ou seja, de 1974 a 2008, havia poucos jornalistas licenciados, a classe era ocupada pelos “tarimbeiros”

e os que tiveram oportunidade de frequentar o curso intensivo de jornalismo na escola “Bissau Media e Publicação”, projeto do professor Antonio Nhaga.

Com a abertura das universidades Amílcar Cabral, que mais tarde, em 2004, cedeu a sua licença à universidade Lusófona e à Universidade “Colinas de Boé”, a situação evoluiu positivamente, e muitos jornalistas que tinham abraçado a carreira sem formação optaram pela formação universitária, associando-se assim aos mais novos com paixão de seguir esta profissão.

Em 2009, a Universidade Lusófona lançou para o mercado de emprego na área de jornalismo 16 licenciadas/os. E atualmente o índice de licenciados no jornalismo está crescendo duma forma vertiginosa.

Muitos dos profissionais da imprensa guineense não assumem casar, não porque não querem, mas sim porque as condições económicas não são boas. Alguns assumem porque julgam que casar e ter filho na velhice é algo complicado.

Tabela 1 - Habilitação literária versos estado civil dos jornalistas

Habilitações	Casada(o)		Total
	Sim	Não	
Profissional	17	13	30
12º ano	2	21	23
Licenciada(o)	15	26	41
11ºano	2	1	3
8º ano	0	1	1
6º ano	1	0	1
10º ano	0	1	1
Total	37	63	100

Fonte: Inquérito aos jornalistas, 2022, AMPROCS, ACEP, LGDH e MIGUILAN, Guiné-Bissau

Como se vê na Tabela 2, em relação à questão que diz respeito ao estado civil dos jornalistas, num total de 100 jornalistas inquiridos 37 disseram que são casadas/os e 63 responderam que não são casadas/os.

Dentre 37 casados, 25 são mulheres e 12 são homens e num universo de 63 solteiros 45 são mulheres e 18 são homens (consultar a tabela em baixo).

Tabela 2 - Estado civil dos jornalistas

	Casada(o)	Não Casada(o)
GERAL	37	63
MULHERES	25	45
HOMENS	12	18

Fonte: Inquérito aos jornalistas, 2022, AMPROCS, ACEP, LGDH e MIGUILAN, Guiné-Bissau

NÚMERO DE FILHOS

No que diz respeito ao número de filhos dos inquiridos, num total de 100 jornalistas auscultados 24 disseram que têm um filho, 13 jornalistas com 2 filhos, 8 jornalistas com 3 filhos, 4 jornalistas com 4 filhos e 1 jornalista com 5 filhos. E 50 jornalistas inquiridos não têm filhos. No rácio de 24 jornalistas com um filho 18 foram mulheres e 6 foram homens.

Sobre a mesma questão do inquérito, num total de 13 jornalistas com dois filhos, 9 foram mulheres e 4 foram homens. Já no universo de 8 jornalistas com três filhos 5 delas foram mulheres e 3 foram homens. Agora para o total de entre 4 jornalistas com quatros filhos não houve nenhuma mulher todos foram homens. Também há um jornalista homem com cinco filhos.

Tabela 3 - Número de filhos por sexo dos Inquiridos

N.º filhos/as	1 filho/a	2 filhos/as	3 filhos/as	4 filhos/as	5 filhos/as	Sem filhos/as
Geral	24	13	08	04	01	50
Mulheres	18	09	05	00	00	38
Homens	06	04	03	04	01	12

Fonte: Inquérito aos jornalistas, 2022, AMPROCS, ACEP, LGDH e MIGUILAN, Guiné-Bissau

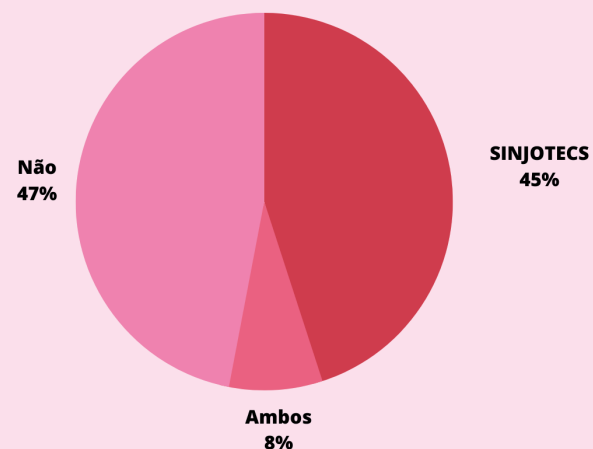
Saliente-se primeiro o número elevado de mulheres e homens jornalistas sem filhos, num país onde a média de filhos por mulher continua alta mesmo para a África Subsaariana. É um indicador da dificuldade de conciliar a profissão com a vida familiar.

Se cruzarmos estes dados com a idade dos jornalistas (Tabela 5) podemos concluir que a distribuição do número de filhos é aquilo que se poderia esperar de pessoas que têm habilitações médias altas e que tendem a ter uma profissão muito absorvente e apaixonante, mas mal paga. Maior número de filhos nas idades a partir dos 22 anos até aos 40. O que se pode salientar aqui é o número baixo de filhos comparado com os dados do recenseamento de 2009 ou do inquérito dos MICS6. Por estes dados os/as jornalistas mantém-se na profissão e diminuem o número de filhos.

ASSOCIATIVISMO DAS E DOS JORNALISTAS

Num universo de 100 jornalistas inquiridas/os sobre a questão de pertença a Associações da profissão “Q.1.3. (Ver Anexo 2) - AMPROCS e/ou SINJOTECS - 45 responderam que são membros do SINJOTECS, 8 disseram que são membros de AMPROCS e SINJOTECS simultaneamente e 47 jornalistas responderam que não pertencem nem a AMPROCS, nem ao SINJOTECS.

Gráfico 2.
É MEMBRO DO SINJOTECS
OU DA AMPROCS?



Fonte: Inquérito aos jornalistas, 2022, AMPROCS, ACEP, LGDH e MIGUILAN, Guiné-Bissau

Num total de 45 jornalistas membros de SINJOTECS, 28 são mulheres e 17 são homens e de entre 8 jornalistas que declararam que são simultaneamente membros de AMPROCS E SINJOTECS, todos são mulheres e num total de 47 jornalistas que disseram que não são membros de AMPROCS, nem do SINJOTECS, 34 são mulheres e 13 são homens.

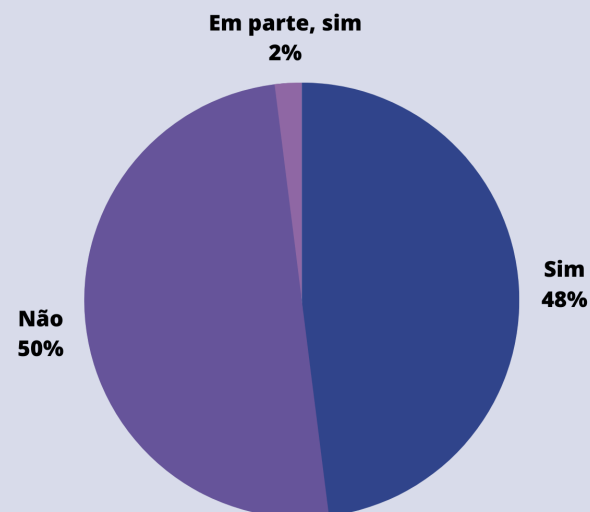
Apesar da prontidão e determinação demonstradas ao longo dos tempos por diferentes organizações defensoras da classe jornalística (SINJOTECS, OJGB, AMPROCS e RENARC) em termos de posicionamento perante os casos de violação a liberdade de imprensa e de expressão, curiosamente a maior parte dos jornalistas continua a exercer a profissão sem serem membro de uma das organizações acima referenciadas.

Esta atitude é ilógica e contraditória e pode enfraquecer o esforço de uma classe que está constantemente exposta a sucessivas violações. Portanto, quanto mais unidos em torno de uma causa estiver, melhor serão os resultados.

PARTE 2. A IGUALDADE DE GÉNERO NOS ÓRGÃOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL GUINEENSES

Analisando os dados do inquérito sobre a percepção dos jornalistas quanto à igualdade de género concluímos que as percepções estão divididas exatamente a meio. Ou seja, 50 respondentes afirmaram que a questão da igualdade de género não é respeitada, 48 optaram pela opção que defende que é respeitada, mas em parte, e os restantes 2 dos respondentes disseram que a igualdade de género é muito respeitada nos media guineenses.

Gráfico 3
A IGUALDADE DE GÉNERO É RESPEITADA?



Fonte: Inquérito aos jornalistas, 2022, AMPROCS, ACEP, LGDH e MIGUILAN, Guiné-Bissau

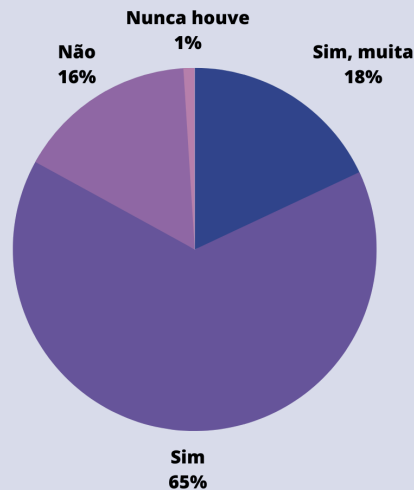
Os dados apurados revelam claramente que a tendência da observância do princípio da igualdade de género ainda é parcial como característica dos órgãos da comunicação social guineense. Podemos exemplificar essa tendência se virmos que, nos quatro órgãos de imprensa estatal, os seus respetivos diretores são todos homens, embora presumidamente existam mulheres neste sector com competências apuradas para o efeito. Nos órgãos privados e comunitários essa realidade também não difere fundamentalmente com o que ocorre nos órgãos públicos. Quer dizer na imprensa guineense, as mulheres independentemente do seu esforço de trabalho ser mais ou menos determinado, continuam a ser relegadas para chefias intermédias, e na sua maioria continuam a ser jornalistas de base.

Este cenário das nomeações para cargos de chefia dos órgãos da imprensa pública, na minha interpretação, é motivado por questões políticas. Na Guiné-Bissau, não é segredo que os cargos de diretores-gerais nas instituições da imprensa pública são atribuídos por conveniências políticas em detrimento das capacidades profissionais e administrativas. Na prática, não há concurso para ocupação do cargo de diretor-geral, portanto é notório que quem garante maior confiança ao regime em termos de acatar decisões que possam advir e que em maior parte dos casos são contraditórias à ética e deontologia profissional, geralmente, é atribuído o cargo.

Entretanto há um outro fenómeno na imprensa guineense que já começa a gerar paixão perigosa. Refiro-me à “discriminação em termos de agendamento de trabalho nos órgãos da comunicação social”. No que diz respeito a esta questão, 65 dos inquiridos neste processo afirmaram que sim, os jornalistas são discriminados em parte, 18 dizem que sim há muita discriminação, 16 optaram pela opção de que “não” há discriminação em termos de agendamento dos trabalhos nos OCS e 1 respondente defende a posição de que nunca houve discriminação na hora do agendamento dos trabalhos.

“AS MULHERES INDEPENDENTEMENTE DO SEU ESFORÇO DE TRABALHO, CONTINUAM A SER RELEGADAS PARA CHEFIAS INTERMÉDIAS, E NA SUA MAIORIA CONTINUAM A SER JORNALISTAS DE BASE”

HÁ DISCRIMINAÇÃO NA ATRIBUIÇÃO DOS TRABALHOS?



Fonte: Inquérito aos jornalistas, 2022, AMPROCS, ACEP, LGDH e MIGUILAN, Guiné-Bissau

Os resultados do inquérito deixam a entender que na realidade existe a discriminação no agendamento de trabalhos, e de acordo com as minhas análises e experiência no exercício da profissão jornalística, a discriminação no agendamento dos trabalhos para efeito da cobertura ocorre de duas formas:

1. Os responsáveis pelo agendamento nos órgãos às vezes criam ideias generalizadas e predefinidas que um grupo de pessoas deve apenas centrar-se numa espécie de tarefa, baseada em “estereótipos”. Por exemplo: as mulheres naturalmente queixam-se que nas suas agendas deparam-se mais com os trabalhos sociais por se aparentarem mais sensíveis a estas questões e são relegadas para segundo plano em temas como a Economia ou a Política;
2. Os responsáveis pelo agendamento por vezes escondem e apropriam-se de certos convites de pedido de cobertura por terem a ideia de que no referido trabalho podem beneficiar de algum subsídio de transporte ou outros bens disponíveis aos jornalistas que participarem do evento.

Sobre esta situação de conhecer e ficar sempre ligado aos canais da cobertura jornalística, onde são disponibilizados subsídios de transporte, gerou-se dentro da classe um clima de desconfiança e às vezes de mal-estar.

VIOLÊNCIA E ASSÉDIO NO EXERCÍCIO DA PROFISSÃO

Em relação ao assunto de agressão contra as/os profissionais da Comunicação Social, num universo de 100 jornalistas auscultadas/os no inquérito, 56 deles confirmaram que já foram alvos da agressão física, verbal e psicológica e 44 dizem que nunca foram agredidas/os no exercício da função.

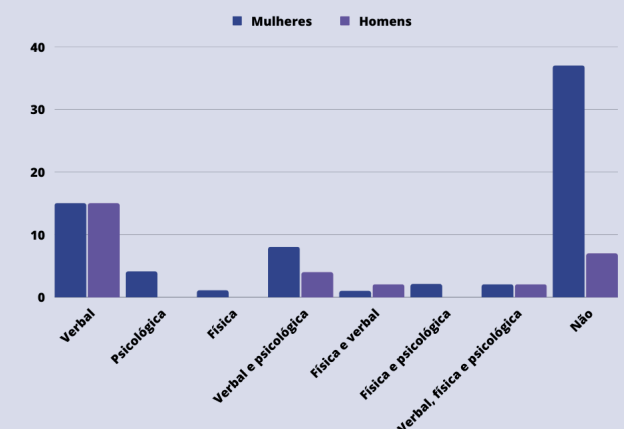
Num total de 56 inquiridas/os que confirmaram que foram alvos de diversas agressões, 33 foram as mulheres e 23 foram os homens. Em relação aos 44 jornalistas que nas suas auscultações disseram que nunca foram vítimas de agressão 37 foram mulheres e sete foram homens.

As mulheres afirmam terem sofrido agressões em maior número que os homens. Esses resultados vêm confirmando, mais uma vez, o índice elevado de agressões diversas a que os jornalistas estão sujeitos, sobretudo aqueles que pretendem sempre fazer um trabalho sério e independente e aqueles que dum forma responsável dão oportunidades às diferentes vozes críticas ao regime político instalado.

A agressão contra os profissionais da imprensa, nos últimos tempos, passa por ser um estilo de vida que não descarta a possibilidade de violação permanentemente dos direitos de profissionais da imprensa. Há uma pressão enorme sobre os jornalistas, sobretudo na hora de fazer certas questões a algumas figuras do Estado. Em certas ocasiões, não conseguem fazer perguntas por terem medo de serem agredidos física ou verbalmente

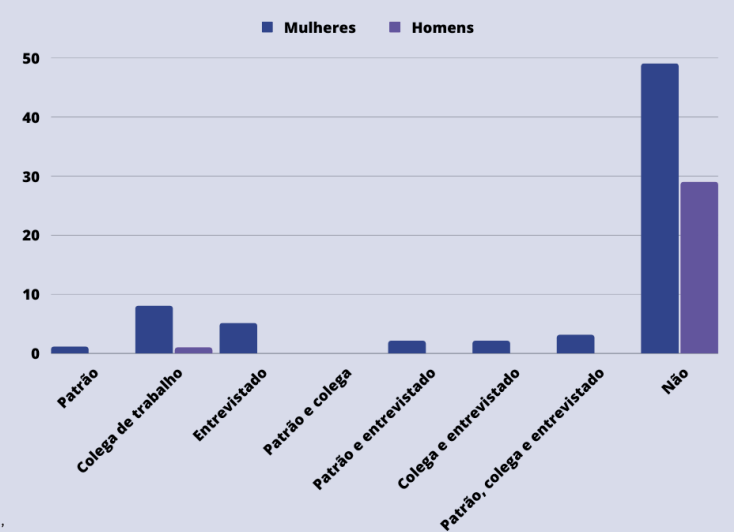
Gráfico 5.

JÁ FOI ALVO DE VIOLÊNCIA DURANTE O TRABALHO?



Fonte: Inquérito aos jornalistas, 2022, AMPROCS, ACEP, LGDH e MIGUILAN, Guiné-Bissau

Gráfico 6.
FOI ALVO DE QUE TIPO DE ASSÉDIO DURANTE O TRABALHO?



Fonte: Inquérito aos jornalistas, 2022, AMPROCS, ACEP, LGDH e MIGUILAN, Guiné-Bissau

Quanto à situação do assédio, de entre as/os 100 jornalistas inquiridas/os, 22 declaram que já sofreram assédio por parte do patrão/empregador, colega de trabalho, bem como por entrevistados e 78 disseram que nunca foram alvos deste fenómeno.

“DE 22 JORNALISTAS QUE DECLARARAM QUE JÁ FORAM VÍTIMAS DE ASSÉDIO 21 FORAM MULHERES E 1 FOI HOMEM”

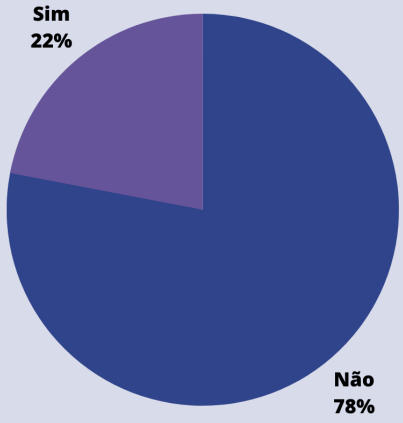
Segundo os dados, de 22 jornalistas que declararam que já foram vítimas de assédio 21 foram mulheres e 1 foi homem. E em relação àqueles que disseram que não foram assediados durante o trabalho, num total de 78 jornalistas com a opção da resposta “não”, 49 foram mulheres 29 foram homens.

Como seria de esperar as mulheres sofreram muito mais que os homens de assédio. Neste conjunto de inquiridas/os foi uma minoria de mulheres (21 em 70) a afirmar já ter defrontado essa situação.

É verdade que na sociedade guineense não é comum a denúncia de assédio,

por questões culturais, ou seja, muitas pessoas continuam a lidar com o problema de assédio como um “tabu”, sobretudo quando o assunto está relacionado com o patrão ou entrevistado “de peso”. Mas de qualquer forma há um sinal positivo neste sentido, porque dantes era difícil a confirmação, ou seja, a denúncia do caso. Em certos casos admite-se que este caso pode ser maior em relação ao número confirmado, porque para muitos denunciar o caso é uma desonra da imagem por um lado. Por outro lado, as pessoas têm medo de represálias ou de perder o emprego, numa situação de grande vulnerabilidade para os e as jornalistas.

Gráfico 7
JÁ FOI ALVO DE ASSÉDIO NO EXERCÍCIO DA PROFISSÃO?



Fonte: Inquérito aos jornalistas, 2022, AMPROCS, ACEP, LGDH e MIGUILAN, Guiné-Bissau

Sobre esse assunto de assédio, nem sempre os dados fornecidos são realísticos, porque as pessoas, sobretudo as mulheres só pouco a pouco têm vindo a ganhar coragem para denunciar determinadas situações relacionadas com assédio e com a violência baseada no género.

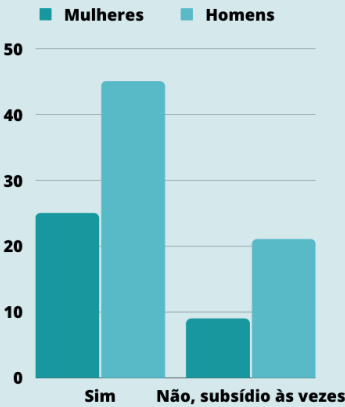
PARTE 3. SITUAÇÃO ECONÓMICA DAS E DOS JORNALISTAS

A situação económica, das/os 100 inquiridas/os, expressa-se em que 66 jornalistas auscultados não têm salários, embora “às vezes” beneficiam de pequenos subsídios e 34 confirmaram que têm um salário fixo.

Neste universo de 34 jornalistas inquiridas/os e que declararam ter um salário fixo 27 pertencem a órgãos privados e 7 são de órgãos públicos. Isto acontece não porque os órgãos privados apresentem maior número de pessoas com salário fixo mas sim porque houve desproporcionalidade em termos numéricos, ou seja os órgãos privados que existem são superiores aos órgãos públicos no país. E também houve desproporcionalidade em relação ao número de jornalistas inquiridas/os nos órgãos privados e públicos, pois o número de jornalistas inquiridas/os que trabalham nos órgãos privados é superior ao dos que trabalham no público.

No universo de 34 jornalistas com salário fixo 25 são mulheres e 9 são homens. Em relação aos 66 jornalistas inquiridos cuja opção da resposta é: “não, obs.: subsídio apenas” 45 são mulheres e 21 são homens como demonstra o gráfico seguinte:

Gráfico 8
BENEFICIA DE UM SALÁRIO FIXO ENQUANTO JORNALISTA?



Fonte: Inquérito aos jornalistas, 2022, AMPROCS, ACEP, LGDH e MIGUILAN, Guiné-Bissau

Geralmente, os profissionais da comunicação social da Guiné-Bissau, na sua maioria, além de enfrentarem problemas de más condições de trabalho, também se deparam com problemas da falta de ordenado. Nos órgãos públicos nacionais, estas dificuldades são visíveis, porque até hoje alguns profissionais que lá estão apenas ganham subsídios. Já nos órgãos privados e comunitários a realidade é muito mais complicada, duas ou três rádios, neste caso, Rádio Sol Mansi, Rádio África FM e Rádio Popular conseguem pagar atempadamente aos seus profissionais. Alguns pagam, mas não atempadamente, mas o que pagam não consegue cobrir minimamente as despesas básicas. Outras rádios, às vezes dão subsídios de apenas 15.000 FCFA. Nos órgãos públicos e alguns privados que conseguem pagar atempadamente, o salário de muitos jornalistas não ultrapassa os 100.000 FCFA. Já em alguns órgãos privados com contrato de trabalho, mas que não consegue pagar atempadamente, o salário fixado de maioria dos jornalistas não ultrapassa os 40.000 FCFA. Os órgãos são desprovidos de capacidade económica, porque as receitas de publicidade que recebem não compensam as despesas do mesmo, apesar de a publicidade ser, segundo as normas, a fonte de sustentabilidade dos órgãos.

Os órgãos privados que conseguem pagar ordenados aos seus profissionais são aqueles, cujos proprietários (pessoais ou entidades) dispõem de meios económicos para suportar os encargos, porque se fosse apenas por via das receitas provenientes das publicidades e outros serviços muito provavelmente fechariam as portas logo nos primeiros dias de funcionamento.

Segundo o relatório final do estudo sobre “Perfil dos Media na Guiné-Bissau” da autoria do Ivanildo Paulo Bodjam, a situação financeira dos media na Guiné-Bissau está associada a fraca dotação orçamental por parte de governo.

O relatório supracitado revelou ainda que cerca de 29% dos OCS comunitários estão a funcionar em edifícios arrendados, pagando mensalmente alugueres que

“DAS/OS 100 JORNALISTAS AUSCULTADAS/OS, 66 NÃO TÊM SALÁRIOS, EMBORA ‘ÀS VEZES’ BENEFICIAM DE PEQUENOS SUBSÍDIOS. DAS QUAIS 45 SÃO MULHERES JORNALISTAS”

variam de 20 mil aos 50 mil francos CFA, considerando que 75% dos OCS acima referenciados não conseguem arrecadar mais de 80 mil francos em receitas variadas provenientes de serviços como: spots publicitários, comunicados e programas radiofônicos dos parceiros.

Por outro lado o relatório sobre “Perfil dos Media na Guiné-Bissau” mostra que a situação é ainda mais complicada para os órgãos privados, com custos de arrendamento mensais podendo chegar até aos 250 mil francos CFA, que não inclui custos de energia elétrica e água, sem falar ainda das outras obrigações fiscais, consultar (p. 48,49) do relatório sobre “Perfil dos Media na Guiné-Bissau”.

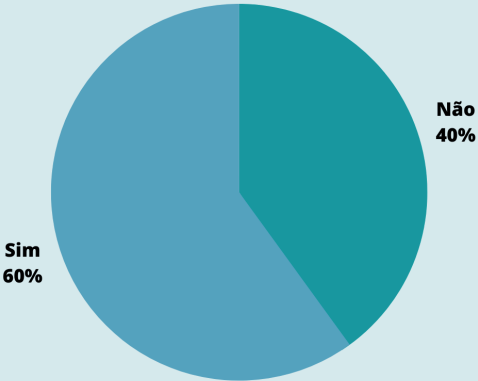
Em relação ao assunto da abertura de uma conta bancária, num total de 100 jornalistas inquiridos 56 admitiram que têm conta aberta no banco e 44 dizem que não têm. Se a bancarização dos salários não fosse obrigatória nas instituições públicas de imprensa, muitos jornalistas não teriam conta, porque têm salários magros e os descontos que os bancos fazem, em certas circunstâncias não os favorecem.

“60 DAS/OS JORNALISTAS INQUIRIDAS/OS CONFIRMARAM QUE TÊM OUTRAS FONTES DE RENDIMENTO, ALÉM DA FUNÇÃO DE JORNALISTA”

outras fontes de rendimento, além da função de jornalista, porque a profissão do jornalismo por si só não consegue resolver as despesas pessoais dos jornalistas, apesar de 40 jornalistas dizerem que não têm outro tipo de rendimento.

Nos órgãos privados alguns jornalistas têm contas abertas porque independentemente de serem jornalistas têm outras fontes de rendimento que lhes permitiram abrir a conta. Isto significa que muitos se dedicam ao jornalismo por amor à profissão, ou porque querem apenas ser visíveis na sociedade ou terem algum tipo de reconhecimento, mais nada, mas não porque ganham algum benefício económico importante nesta profissão. Prova disso, é que de entre as/os 100 jornalistas, inquiridas/os 60 confirmaram que têm

Gráfico 9
AUFERE OUTRO TIPO DE RENDIMENTO,
PARA ALÉM DO DE JORNALISTA?



Fonte: Inquérito aos jornalistas, 2022, AMPROCS, ACEP, LGDH e MIGUILAN, Guiné-Bissau

No entanto o que ganham neste sector e através de outras fontes de rendimento, apesar de ser insuficiente, em maior parte dos casos são utilizados para a despesas de casa e despesas com crianças. Raras vezes conseguem fazer despesas consigo mesmo, porque naturalmente as necessidades básicas sempre ultrapassam os ganhos obtidos.

PARTE 4. DIREITOS HUMANOS / DISCRIMINAÇÃO NO JORNALISMO GUINEENSE

No que diz respeito à progressão na carreira dos jornalistas, num universo de 100 inquiridas/os, 35 jornalistas afirmaram que tiveram problemas de progressão na carreira, porque nos órgãos onde estão não foram dadas oportunidades, 4 deles alegaram que não progrediram na carreira por razões culturais e 61 declararam que durante a carreira profissional não se depararam com problemas em termos de progressão.

Em vários órgãos de comunicação social, sobretudo nos públicos, há uma regra não escrita de progressão baseada mais nas convicções políticas do que no fator mérito. Isto significa que as pessoas com competências apuradas no sector mediático são, por vezes, afastadas dos lugares cimeiros nos órgãos da imprensa pública nacional por não estarem dispostas a alinhar com as posições que possam pôr em causa as suas carreiras enquanto profissionais.

OPINIÃO GERAL SOBRE O JORNALISMO QUE SE PRATICA NO PAÍS

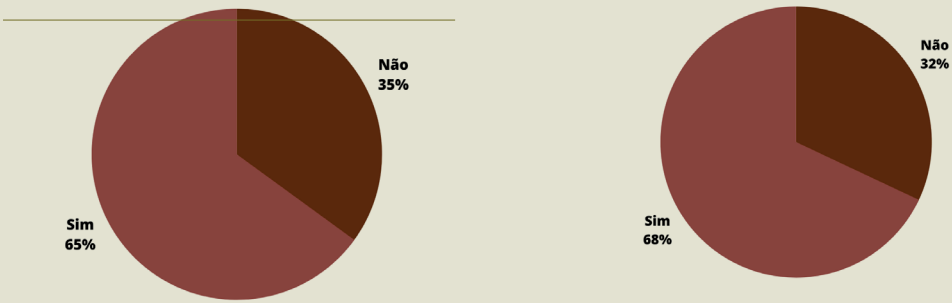
Sobre a questão relacionada com a apreciação que cada inquirido ou inquirida tem sobre o jornalismo que faz, num total de 100 jornalistas auscultadas, 65 consideram que fazem um bom jornalismo e 35 confirmaram que o jornalismo que fazem é razoável.

Nesta questão a opção “má” não foi escolhida. É óbvio que qualquer ser humano gosta de analisar positivamente o seu trabalho e isso foi exatamente o que aconteceu com os jornalistas, perante esta questão “da apreciação sobre o jornalismo que fazem”. No meu entender, muitos não conseguiram ser coerentes com eles mesmos, porque se analisarmos algumas questões respondidas mais adiante, percebe-se que existem incoerências nas respostas. Porque muitos dos que afir-

maram que o jornalismo que fazem é bom em várias circunstâncias, duma forma passiva, admitem censura nos seus trabalhos, sobretudo nos órgãos públicos em que as peças continuam a ser controladas e cortadas antes de serem publicadas. Alguns jornalistas, em certos assuntos, acabam por se autocensurarem antes da avaliação da peça por parte dos responsáveis de órgãos. Este cenário é visto com frequência nos órgãos da imprensa pública.

Em relação ao questionário que pretende saber se um artigo escrito por uma mulher deve ser revisto por um homem, 65 inquiridos optaram pela opção sim e 35 pela opção não. Já na questão a seguir, em que o inquiridor pretende saber se um artigo escrito por um homem deve ser revisto por uma mulher, 68 respondentes do inquérito dizem que sim e 32 escolheram a resposta não.

Gráficos 10 e 11 UM ARTIGO ESCRITO POR UMA MULHER JORNALISTA, DEVE SER REVISTO POR UM HOMEM? E VICE-VERSA?



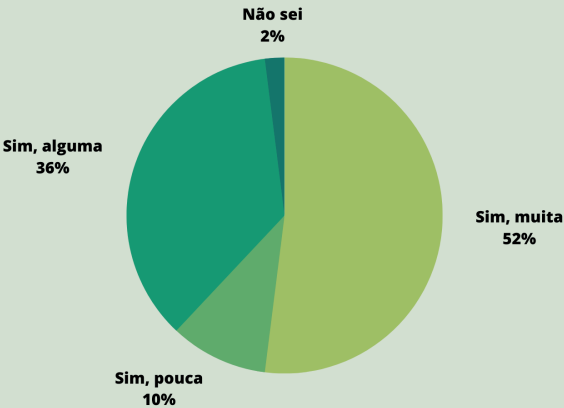
Fonte: Inquérito aos jornalistas, 2022, AMPROCS, ACEP, LGDH e MIGUILAN, Guiné-Bissau

Esses resultados revelam que na imprensa guineense, as pessoas já estão a ganhar consciência de que homens e mulheres devem ter as mesmas oportunidades, e que a inteligência e capacidade de realização do seu trabalho não devem ser avaliadas pelo género. Esta atitude de aniquilar as barreiras do género é importante, mas tem que ser posta em marcha, não deve ficar apenas no papel, ou seja, encarada como palavras mortas.

PARTE 5. OS MEDIA GUINEENSES E A RELAÇÃO COM O PODER

Sobre a questão ligada à influência política no exercício da profissão jornalística, num total de 100 jornalistas entrevistadas/os, 52 declaram que “sim, há muita influência política” nas tarefas dos jornalistas, 36 escolheram opção “sim, alguma influência”, 10 optaram pela opção “sim, pouca influência” e 2 dizem que “não sabem”.

Gráfico 12
HÁ INFLUÊNCIA POLÍTICA NO EXERCÍCIO DA PROFISSÃO DE JORNALISTA?



Fonte: Inquérito aos jornalistas, 2022, AMPROCS, ACEP, LGDH e MIGUILAN, Guiné-Bissau

Os dados ora obtidos confirmam que a influência política é algo notório nos órgãos da comunicação social guineense, com destaque para os OCS públicos, em que os políticos apesar de não terem noções básicas do jornalismo, ligam frequentemente para os diretores a fim de dar orientações em como os assuntos dos seus interesses devem ser tratados, e os diretores por sua vez dão ordens aos jornalistas, mostrando desta forma o serviço solicitado pelo chefe a alguns jornalistas. Mesmo sabendo que as orientações dadas pelo diretor vão contra a ética e

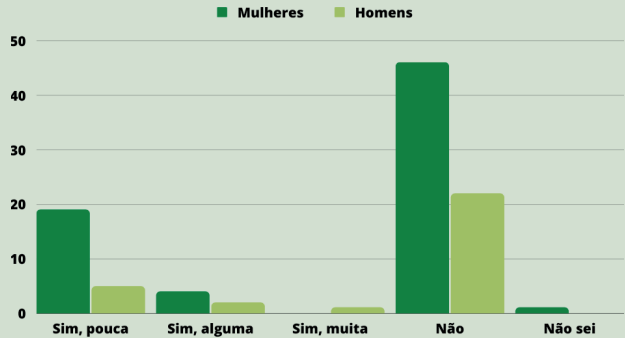
deontologia profissional e podem mexer com a sua dignidade enquanto profissional, executam as ordens erradas porque têm medo de perder o emprego. Às vezes com base nesse tipo de serviços que interessam aos políticos, alguns jornalistas caem na tentação do aliciamento. E hoje em certos órgãos, sobretudo públicos, há jornalistas cuja trabalho os transforma em satélites dos partidos políticos.

LIBERDADE DE IMPRENSA E DE EXPRESSÃO

No que diz respeito à liberdade de imprensa e de expressão na Guiné-Bissau, das/os 100 jornalistas inquiridas/os 68 dizem que não existe liberdade de imprensa e de expressão no país, 24 dizem que existe liberdade de imprensa e de expressão, mas pouca, 6 afirmaram que existe alguma liberdade nesta senda, 1 jornalista escolheu a opção muita liberdade de imprensa e de expressão e 1 por seu turno diz que não sabe.

De entre 68 inquiridos que afirmaram que não existe liberdade de imprensa e de expressão na Guiné-Bissau, 46 foram mulheres e 22 foram homens. Sobre a mesma questão, num total de 24 jornalistas que disseram que existe a liberdade de expressão, mas pouca, 19 foram mulheres e 5 foram homens, ver tabela em baixo.

Gráfico 13
HÁ LIBERDADE DE IMPRENSA E DE EXPRESSÃO NA GUINÉ-BISSAU?



Fonte: Inquérito aos jornalistas, 2022, AMPROCS, ACEP, LGDH e MIGUILAN, Guiné-Bissau

“DE 2020 A ESTA PARTE O PAÍS REGISTOU VÁRIOS CASOS DE ESPANCAMENTO E PERSEGUIÇÃO DOS ANALISTAS E ATIVISTAS POLÍTICOS, ALEGADAMENTE, POR SEREM CRÍTICOS DO REGIME INSTALADO”

A liberdade de expressão pressupõe a própria liberdade de pensar. Ora bem, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, no seu artigo 19.º, destaca que todo o indivíduo tem direito à liberdade de opinião e expressão, garantindo tanto a liberdade espiritual, protegendo o pensamento, bem como a sua manifestação. Olhando para o cenário atual, compreende-se que a observância de tais princípios ressaltados na Declaração Universal dos Direitos Humanos estão longe de ser uma realidade na Guiné-Bissau. De 2020 a esta parte o país registou vários casos de espancamento e perseguição dos analistas e ativistas políticos, alegadamente, por serem críticos do regime instalado (ver

listagem de episódios recentes, no ponto seguinte).

INSTABILIDADE VEDA A LIBERDADE DE IMPRENSA E EXPRESSÃO NO PAÍS

Partindo do pressuposto de que a profissão jornalística, baseada na livre expressão de atividade da comunicação, é algo intrínseco, no capítulo de direitos e garantias fundamentais, a liberdade de imprensa e de expressão, são também requisitos fundamentais para uma democracia genuína, para o desenvolvimento de um país e para o desenvolvimento de uma opinião pública bem formada e informada. Esses valores importantes para classe jornalística são fundamentais para a consolidação do Estado de Direito democrático, mas estão fortemente ameaçados na Guiné-Bissau de hoje, sobretudo nos dois últimos anos.

Desde 2020 até à data de fecho desta edição, foram inúmeros os casos de atropelos à lei e de abusos de poder contra os media, os jornalistas, analistas e ativistas políticos:

I. No dia 22 de maio 2020, o Deputado da Nação, Marciano Indi, Líder da Ban-

cada Parlamentar de APU-PDGB foi raptado e espancado por indivíduos em circunstâncias ainda por identificar;

II. O ataque a Rádio Capital FM, em 26 de julho de 2020 por homens armados ainda não identificados;

III. No dia 5 de outubro 2020 ativistas políticos, apoiantes do MADEM-G15 raptados e espancados na presidência da república, por terem alegadamente criticado ações do atual regime;

IV. Espancamento do jornalista da Rádio Capital FM, Adão Ramalho no dia 12 de março de 2021 por um segurança de Estado.

V. Espancamento, à luz do dia, de António Aly Silva do blog Ditadura de Consenso por homens armados;

VI. Em Março de 2021 os jornalistas Sumba Nansil e Sabino Santos foram alvo de “ Termo de Identidade e de Residência” aplicado pelo Ministério Público, a medida foi tomada no âmbito de uma queixa intentada pela Empresa de Eletricidade e Águas da Guiné-Bissau (EAGB) na sequência das declarações feitas aquando da vandalização da Rádio Capital FM em 2020;

VII. Em março de 2021, o jornalista Baducaram Imbenque, da Televisão da Guiné-Bissau foi suspenso de serviço por não ter acatado as orientações do diretor geral da TGB que opunham contra o princípio ético e deontológico;

VIII. No dia 04 de outubro de 2021 Alqueia Tamba ativista político e militante do Partido da Renovação Social (PRS) raptado e espancado por ter acusado o presidente, Umaro Sissoco Embaló de ser golpista;

IX. No dia 07 de fevereiro de 2022, a Rádio Capital voltou a ser atacada com armas de fogo, na plena luz do dia, por homens armados não identificados;

X. 79 Rádios foram suspensas em 8 de abril de 2022 sob argumento da falta de pagamento das licenças;

XI. Ataque com armas de fogo e gás lacrimogénio à residência do analista político, Rui Landim, no dia 8 de fevereiro de 2022;

XII. Analista político Luís Vaz Martins foi alvo de perseguição e atentado no dia 31 de julho de 2022, por ser um dos críticos do atual regime;

XIII. Deputado da nação Agnelo Regalla, foi alvo no dia 7 de maio 2022 de tentativa de assassinato, por ter alegadamente criticado o regresso da força militar

do CEDEAO sem uma anuência prévia do parlamento guineense.

XIV. No dia 19 de março de 2022, o Ativista Político, Sana Cante foi raptado e espancado por homens armados;

XV. No Dia 28 de novembro de 2022 Marcelino Intupé, analista político e advogado de carreira foi espancado na sua residência por homens encapuzados por ter alegadamente criticado num dos programas da Rádio Bombolom, o atual regime pela forma com está a conduzir o processo em que estão envolvidos 18 militares, seus constituintes, na sequência do caso 1 de fevereiro de 2022)

XVI. O Governo guineense mandou encerrar “impreterivelmente” 79 rádios por falta de pagamento de emolumentos de licença de emissão, de acordo com o Ministério da Comunicação Social (7 fevereiro de 2022).

“ALGUNS PROFISSIONAIS CONTINUAM A USAR DE FORMA DESENFREADA O VEÍCULO DE INFORMAÇÃO PARA OFENDER, DENIGRIR A IMAGEM DE OUTREM E PRESTAR SERVIÇOS INCONFESSOS”

Também se fala frequentemente da liberdade de imprensa e de expressão na Guiné-Bissau, mas do ponto de vista da observância dos limites de tais liberdades, há vários problemas que ainda continuam a pairar sobre os profissionais da imprensa guineense, ao ponto de alguns pensarem, em certos casos, que a liberdade de imprensa e de expressão, defendidas pela Constituição da República no seu artigo 56.º e pela Lei da Imprensa Nacional, no seu capítulo - II tem que extravasar todos os limites estabe-

lecidos por lei, pois este entendimento é diametralmente oposto aos ditames do princípio da liberdade de imprensa e de expressão.

Contrariamente, as normas que balizam o exercício da profissão jornalística, em alguns programas radiofónicos, não são observadas, já que alguns profissionais continuam a usar de forma desenfreada o veículo de informação para ofender, denigrir a imagem de outrem e prestar serviços inconfessos.

Este quadro negro não difere fundamentalmente com o cenário vivido pela imprensa guineense entre 1998 a 2011, como podem constatar no livro intitulado “Os

Media na Guiné-Bissau”. O autor, Tony Tcheka, refere que o percurso do setor da comunicação social, desde a guerra colonial à atualidade, tem sido marcado pelas dificuldades na transição da Guiné-Bissau para a democracia tanto assim que foram imensos os casos de atropelos à lei e de abuso do poder contra os media e os jornalistas:

I. Issufo Queta e Paula Melo foram detidos e maltratados psicologicamente pelo, simples facto de terem divulgado na televisão publica (RTGB) um Comunicado da Liga Guineense do Direitos Humanos, que criticava a postura do então Primeiro-Ministro Caetano Intchamá;

II. Na mesma estação televisiva duas outras jornalistas foram suspensas por terem recusado cumprir diretivas que visavam manipular as notícias;

III. O Secretário de Estado da Informação na época, Pedro da Costa, admitiu censurar notícias “em nome da paz e estabilidade do país”;

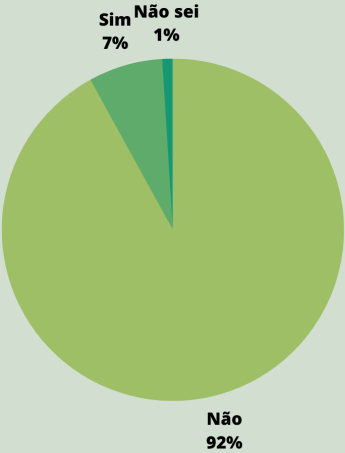
IV. O correspondente da BBC de Londres foi chamado à Segurança de Estado por ter relatado o clima tenso existente entre o Brigadeiro Ansumane Mané e o Chefe de Estado;

V. Três jornalistas da Rádio Pindjiguiti foram acusados pelo Procurador-Geral da República de difamação por terem dito que “não se podia esperar bom desempenho do novo PGR, uma vez que nas funções anteriores não fez grandes coisas”.

VI. O mesmo PGR ordenou o encerramento dos dois únicos jornais privados existentes na altura: Diário de Bissau e Gazeta de Notícias. As várias tentativas de controlo dos órgãos de comunicação social culminaram com a suspensão das emissões da Rádio Bombolom. Seguiu-se o silenciamento da RTP-África e a expulsão do seu delegado. No ano seguinte a Organização norte-americana “Freedom House” incluiu a Guiné-Bissau na lista dos países com censura instalada (ver p. 45,46,47)

No que diz respeito a questões relacionada com o empenho do governo no combate à violação da liberdade de imprensa, de entre 100 jornalistas inquiridos, 92 disseram que o governo não está empenhado em combater a violação da liberdade de imprensa, 7 escolheram a opção “sim pouco” ou seja o governo está preocupado em combater este mal mas pouco e apenas 1 pessoa escolheu a opção “não sabe”.

Gráfico 14
O GOVERNO ESTÁ EMPENHADO
NO COMBATE À VIOLAÇÃO
DA LIBERDADE DE IMPRENSA?



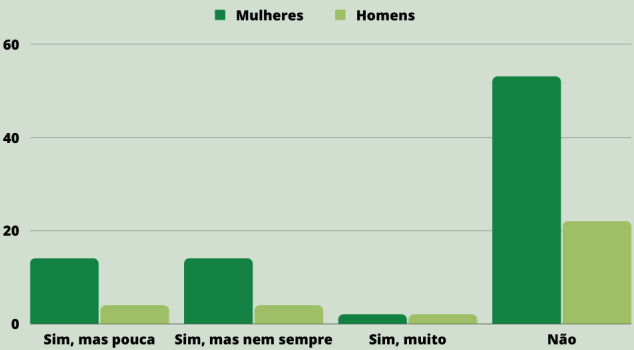
Fonte: Inquérito aos jornalistas, 2022, AMPROCS, ACEP, LGDH e MIGUILAN, Guiné-Bissau

Quanto a este assunto, os dados do inquérito espelham claramente a realidade. Nos dois últimos anos, de uma forma vertiginosa, por um lado, houve várias situações de violações a liberdade de imprensa e de expressão, e isto obrigou a Fundação dos media para os países da África Ocidental, aquando do ataque as instalações da Rádio Capital FM, a escrever uma petição que entretanto foi assinada, por quinze organizações parceiras. Na petição, a Fundação de Media para África Ocidental exorta o Estado guineense a criar condições para a observância da liberdade de imprensa e de expressão, bem como da garantia de segurança aos profissionais da imprensa. Mas a falta de vontade do Estado sobre o assunto do combate à violação da liberdade de imprensa é cada vez maior.

Em relação à questão da garantia da segurança dos profissionais da comunicação social no exercício das suas profissões, num universo de 100 jornalistas inquiridos, 75 dizem que os profissionais da comunicação social não se sentem seguros no exercício das suas profissões, 18 escolheram a opção “sim, nem sempre”, ou seja, dizem que os profissionais se sentem seguros nos exercícios da profissão, 4 jornalistas escolheram opção “sim, muito” e 3 optaram pela opção “sim, pouco”.

Num total de 75 jornalistas que afirmaram que os profissionais da comunicação social não se sentem seguros/os no exercício das profissões, 53 foram mulheres e 22 foram homens. Em relação a opções da resposta “sim, nem sempre”, num universo de 18 inquiridos, 14 foram mulheres e 4 foram homens.

Gráfico 15
SENTE-SE SEGURA/O
NO EXERCÍCIO DA PROFISSÃO?



Fonte: Inquérito aos jornalistas, 2022, AMPROCS, ACEP, LGDH e MIGUILAN, Guiné-Bissau

Em 2020, aquando do primeiro ataque a Rádio Capital FM, o governo diz que foi um ato isolado e que a Polícia Judiciária (PJ) iria investigar o caso, para responsabilizar os autores do ato e, por outro lado, prometeu garantir segurança aos órgãos da imprensa. Entretanto, analisando o cenário atual no que diz respeito à segurança dos profissionais da imprensa, vê-se que tudo isso não passava de falsa promessa. As ondas da insegurança continuam a inquietar os profissionais da comunicação social, pois a situação da insegurança e do medo no sector da imprensa está a ganhar proporções maiores.

Na questão que toca com a garantia da integridade física e moral dos profissionais da comunicação social, num total de 100 entrevistados, 91 afirmaram que o governo da Guiné-Bissau não garante a integridade física e moral dos profissionais da comunicação social, 6 escolheram opção “não sabe”, 2 disseram que há alguma garantia da integridade física e moral dos profissionais da imprensa por parte do estado e apenas 1 jornalista optou pela resposta “sim, pouca”.

Estes resultados confirmam até que ponto o Estado da Guiné-Bissau não demonstra na prática interesse em criar condições para a garantia da integridade física e moral dos profissionais da imprensa, pois nos dois últimos anos, muitos profissionais dos media guineense foram alvos de agressões físicas. Os profissionais não se sentem seguros, sobretudo quando estão perante assuntos sensíveis que o povo precisa entender pormenorizadamente. Têm até medo de fazer certas perguntas

“AS ONDAS DA INSEGURANÇA CONTINUAM A INQUIETAR OS PROFISSIONAIS DA COMUNICAÇÃO SOCIAL, POIS A SITUAÇÃO DA INSEGURANÇA E DO MEDO NO SECTOR DA IMPRENSA ESTÁ A GANHAR PROPORÇÕES MAIORES”

mos anos, por razões de medo e da falta de segurança, muitos jornalistas acabam por não fazer certa questão que duma forma ou doutra pode incomodar, sobretudo as autoridades estatais.

Em suma os jornalistas e meios de comunicação social estão regularmente expostos aos ataques físicos mesmo organizados por quem tem acesso a armas de guerra, como mostram os dois ataques armados que atingiram a Rádio Capital FM em 2020 e em fevereiro de 2022.

RESPEITO PELA ÉTICA E DEONTOLOGIA PROFISSIONAL

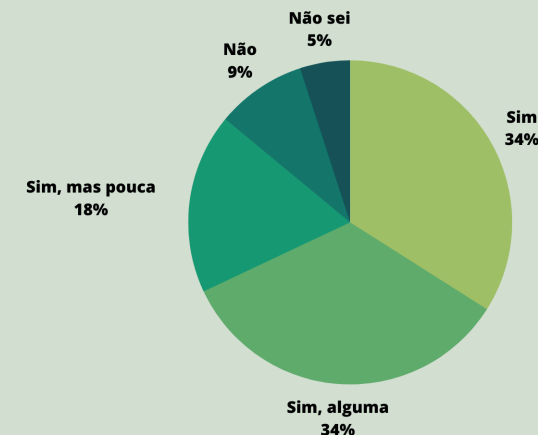
Em relação à pergunta que pretende esclarecer se existe ou não a divisão na imprensa guineense, num universo de 100 jornalistas inquiridos nas diferentes regiões do país, 34 disseram que há muita divisão na imprensa guineense, 18 escolheram opção “sim, mas pouco”, 34 desta vez optaram pela opção “sim, alguma”, o que quer dizer que reconhecem que existe alguma divisão na imprensa guineense. Quanto à mesma questão, 9 jornalistas entrevistados afirmaram que não existe divisão na imprensa guineense e 5 por sua vez escolheram como opção da resposta “não sabe”.

quando o assunto é delicado. Naturalmente, uma das responsabilidades de qualquer Estado é garantir a integridade física e moral dos seus cidadãos e cidadãs. Infelizmente, o Estado de Guiné-Bissau está-se afastando dia após dia dessa responsabilidade, afetando sobremaneira a tarefa dos jornalistas. Digo isso porque quando um jornalista está com medo de fazer uma determinada questão que acha ser pertinente, dificilmente conseguirá informar com coerência a opinião pública sobre uma determinada matéria. É verdade que nos dois últi-

Esses dados mostram que o sector dos media guineense é caracterizado por uma forte divisão sobretudo nos dois últimos anos. De um lado, os media estatais com uma pequena parcela dos privados que, no entanto, atuam como órgãos ao serviço do atual regime e que em certos casos censuram algumas opiniões da autoria dos adversários políticos. Do outro lado, alguns media privados que, apesar de manifestarem sempre a pretensão de cobrir todos os eventos com propósito de dar voz aos que não têm voz, nos seus conteúdos programáticos enfatizam mais opiniões críticas ao regime instalado desde 2020. Essas situações continuam a gerar paixões extremamente perigosas. A imprensa guineense, sobretudo pública, de um tempo a esta parte não consegue manter a sua posição de equidistância e neutralidade.

Gráfico 16

EXISTE DIVISÃO/POLARIZAÇÃO NA IMPRENSA GUINEENSE?

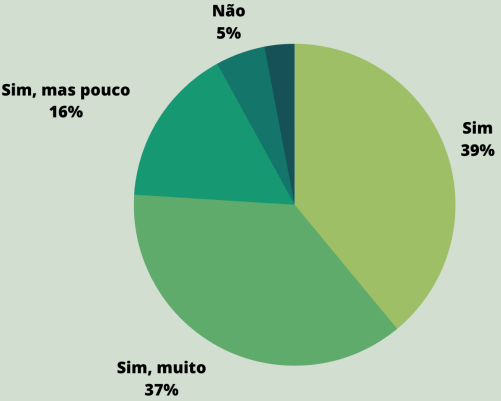


Fonte: Inquérito aos jornalistas, 2022, AMPROCS, ACEP, LGDH e MIGUILAN, Guiné-Bissau

Na interrogação sobre, se o suborno influencia o trabalho dos jornalistas na Guiné-Bissau, num total de 100 jornalistas entrevistados, 39 afirmaram que sim, o suborno influencia muito no trabalho dos jornalistas guineense, 37 disseram também que sim, o suborno tem alguma influência na tarefa dos jornalistas guineense, 16 optaram pela opção “sim, mas pouco”, 5 jornalistas responderam que o suborno não influencia o trabalho dos jornalistas na Guiné-Bissau e 3 deles escolheram opção “não sabe”.

Gráfico 17
O SUBORNO INFLUENCIA
O TRABALHO DOS JORNALISTAS?

Fonte: Inquérito aos jornalistas, 2022,
AMPROCS, ACEP, LGDH e MIGUILAN, Guiné-Bissau



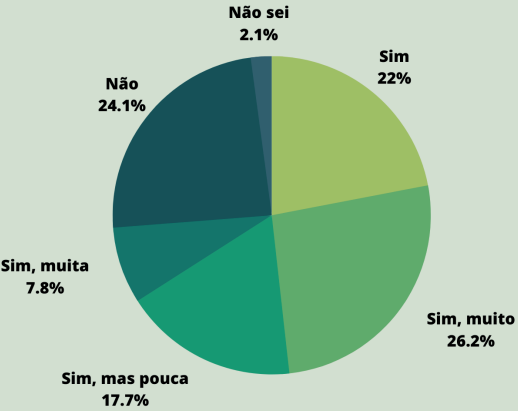
A falta da independência financeira continua a colocar em risco o trabalho dos profissionais da imprensa guineense que, ao invés de prestarem serviço à sociedade em geral, mostram serviços aos seus patrões, a fim de continuarem a ganhar prémios numa forma desonesta.

Em várias ocasiões, os políticos tiveram a ousadia de chamar os jornalistas de “boca de aluguer”, porque conhecem a fragilidade de alguns jornalistas e sabem como é que atuam. É difícil apresentar uma prova documental, uma vez que este tipo de situações funciona com base no secretismo, mas dá para perceber que esta realidade é bem patente na imprensa guineense, porque a atuação de alguns revela certos sinais de suborno.

No que diz respeito à questão da existência ou não da objetividade no tratamento de informações sensíveis na imprensa guineense, num universo de 100 jornalistas inquiridos sobre essa questão, 34 jornalistas disseram que não existe objetividade no tratamento de informações sensíveis, 31 inquiridos afirmaram que existe objetividade no tratamento de informações sensíveis, 25 confirmaram também que existe mas pouca, 11 disseram que existe muita objetividade no tratamento de informações sensíveis e 3 jornalistas escolheram opção “ não sabe”.

Gráfico 18
EXISTE OBJETIVIDADE NO TRATAMENTO
DA INFORMAÇÃO SENSÍVEL NOS MEDIA?

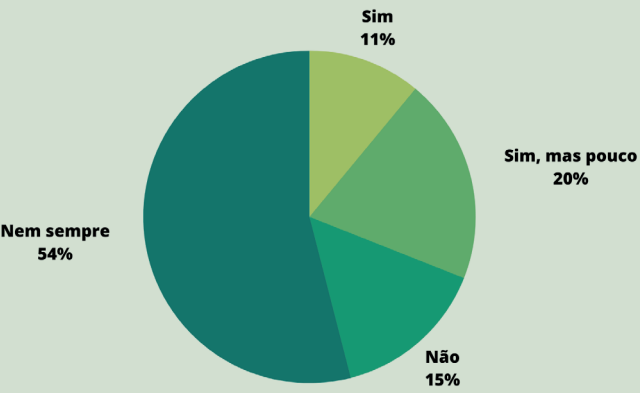
Fonte: Inquérito aos jornalistas, 2022,
AMPROCS, ACEP, LGDH e MIGUILAN, Guiné-Bissau



Não obstante este assunto, os jornalistas às vezes não obedecem ao princípio da objetividade, porque em certos momentos são forçados a fazer autocensura, sobretudo nos assuntos considerados sensíveis, como o tráfico de droga ou casos de corrupção. Atualmente na imprensa guineense, sobretudo estatal, as informações sensíveis estão entre os assuntos pouco ou nada abordados.

Gráfico 19
OS CONTEÚDOS PRODUZIDOS
PELOS MEDIA GUINEENSE CONTRIBUEM
PARA A PAZ E ESTABILIDADE?

Fonte: Inquérito aos jornalistas, 2022, AMPROCS, ACEP,
LGDH e MIGUILAN, Guiné-Bissau



Sobre a questão, se os conteúdos produzidos pela media guineense contribuem pela paz e estabilidade, num total de 100 jornalistas inquiridas/os, 54 responderam que nem sempre os conteúdos produzidos pelos media guineense contribuem para a paz e estabilidade, 20 inquiridos disseram que contribuem pouco, 15 disseram que os conteúdos produzidos pelos órgãos de comunicação social guineense não contribuem para a paz e estabilidade e 11 inquiridos por seu turno afirmaram que os conteúdos produzidos contribuem muito pela paz e estabilidade.

Analisando os dados dessa questão, compreende-se que às vezes os conteúdos produzidos pelos media guineense põem em causa a paz social e a estabilidade. Em programas de algumas rádios, o excesso da linguagem ainda está de pé. O uso desenfreado de microfones, várias vezes motivado pela agenda política, tem gerado nos bairros da capital e nas comunidades sentimentos de divisão e de ódio.

“O USO DESENFREADO DE MICROFONES, VÁRIAS VEZES MOTIVADO PELA AGENDA POLÍTICA, TEM GERADO NOS BAIRROS DA CAPITAL E NAS COMUNIDADES SENTIMENTOS DE DIVISÃO E DE ÓDIO”

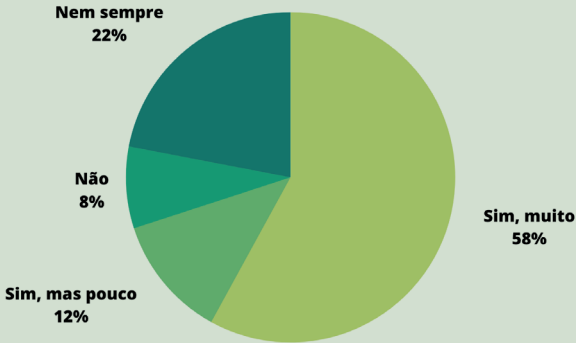
saíram em defesa das autoridades políticas, afirmando que o posicionamento da Família Franciscana se deve ao facto de na Presidência da República estar um republicano muçulmano. Situações deste género só levam à divisão e é muito perigoso quando as pessoas que ouvem os programas radiofónicos são desprovidas de capacidade de discernimento. Quando um profissional da imprensa assume a responsabilidade de informar, o mais sensato é evitar os conteúdos que põem em causa a paz social, ou seja, conteúdos que mexem com a divisão étnica e religiosa.

Há momentos em que o apresentador de um programa radiofónico da Rádio África FM, propriedade do atual Presidente da República, utiliza de uma forma leviana linguagem e tece comentários, por exemplo, contra a Família Franciscana, uma congregação católica, que emitiu, como tinha feito na era do presidente Koumba Yala, um comunicado criticando o panorama geral da situação política, social e económica do país.

Entretanto, depois dos comentários, as organizações da comunidade muçulmana, nomeadamente o Conselho Nacional Islâmico e Conselho Superior Islâmico

Em relação à interrogação sobre se “a falta de formação influencia a neutralidade dos profissionais da comunicação social guineense”, de entre as/os 100 inquiridas/os, 58 jornalistas reconheceram que a falta de formação influencia muito a neutralidade dos profissionais da comunicação social guineense, 12 afirmaram que “sim, mas pouco”, 22 disseram que “nem sempre” e 8 disseram que a falta de formação não influencia a neutralidade dos profissionais da imprensa guineense.

Gráfico 20
A FALTA DE FORMAÇÃO INFLUENCIA A NEUTRALIDADE DOS JORNALISTAS?



Fonte: Inquérito aos jornalistas, 2022, AMPROCS, ACEP, LGDH e MIGUILAN, Guiné-Bissau

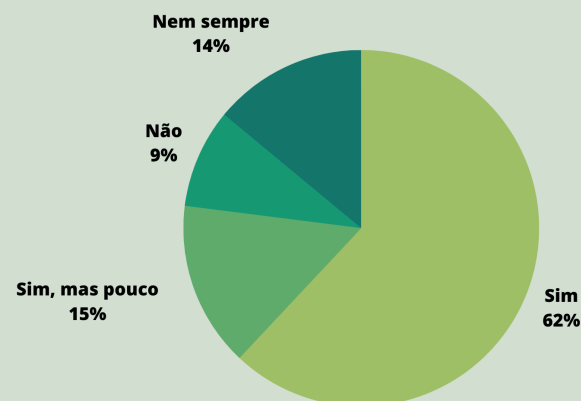
Partindo do pressuposto que a formação é fundamental para o exercício de qualquer profissão, ela deve ser encarada como instrumento primordial para o sábio exercício da profissão, neste caso da profissão jornalística. Os dados revelam claramente que a falta de formação, na maior parte dos casos, resulta na falta de neutralidade dos profissionais da imprensa guineense. É verdade que muitos jornalistas enveredam pela inobservância do princípio da neutralidade, porque desconhecem a ética e deontologia profissional. Isto significa que as suas limitações nessa matéria, os colocam inocentemente em situações do incumprimento do princípio da neutralidade. Mas também no nosso contexto há outros aspetos que condicionam a falta de neutralidade, como por exemplo, a dependência económica que é um aspeto característico dos media guineense. Um profissional que não tem salário, dificilmente consegue manter uma posição neutra. Um outro aspeto que também impede os jornalistas de serem neutros no tratamento das informações é a “simpatia” com as autoridades políticas.

“UM PROFISSIONAL QUE NÃO TEM SALÁRIO, DIFICILMENTE CONSEGUE MANTER UMA POSIÇÃO NEUTRAL”

Em relação à questão que pretende informar se a falta de formação influencia ou não a objetividade dos profissionais da comunicação social guineense, num universo de 100 jornalistas inquiridos/os, 62 afirmaram que a falta de formação influencia a objetividade dos profissionais da comunicação social guineense, 15 disseram que influencia, mas pouco, 14 escolheram a opção “sim, mas nem sempre” e 9 disseram que a falta de formação não influencia a objetividade dos profissionais da imprensa guineense.

Em grande parte, os jornalistas por razões de falta de formação não conseguem no tratamento de informações ser justos e nem tão pouco conseguem ser aparátidários. Mas note-se que os dados do inquérito mostram que esta “formação” em falta não é a académica do ensino, mas sim a falta de ética, associada à dependência económica, que leva a não conseguirem reportar fielmente os assuntos de interesse público. Nos órgãos públicos, por exemplo, um assunto sensível que envolve algumas figuras públicas por vezes é retratado de forma parcial, ou seja, o jornalista toma partido no tratamento das informações, criando uma realidade diametralmente oposta ao cenário real.

Gráfico 21
A FALTA DE FORMAÇÃO INFLUENCIA A OBJETIVIDADE DOS JORNALISTAS?

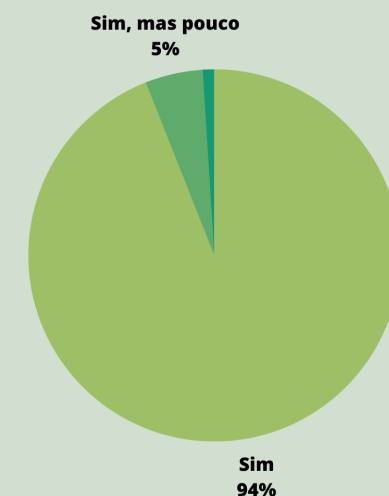


Fonte: Inquérito aos jornalistas, 2022, AMPROCS, ACEP, LGDH e MIGUILAN, Guiné-Bissau

Portanto, é natural que cada jornalista tenha o seu ângulo de abordagem, mas por respeito aos princípios de objetividade é imperativo convergir nos pontos essenciais de cada reportagem, porque em cada informação posta para o consumo mediático há sempre uma substância que vai ser o elemento fulcral daquela notícia. Mas às vezes, nos media do país, sobre o mesmo assunto, os conteúdos produzidos para o consumo do público diferem fundamentalmente, como se o assunto fosse diferente. A falta de objetividade continua a ser um problema; por um lado, este mal deve-se à falta de formação, por outro esta situação é condicionada pela falta de ética e da independência financeira.

Em relação à questão que pretende informar se a liberdade de imprensa e de expressão são dois aspetos importantes para a consolidação da democracia, na lista dos 100 inquiridos, 94 afirmaram que a liberdade de imprensa e de expressão são muito importantes para a consolidação da democracia, 5 inquiridos disseram que “são pouco importantes” para afirmação da democracia e 1 por sua vez optou por dizer que a liberdade de imprensa e de expressão nem sempre é importantes para a consolidação da democracia.

Gráfico 22
A LIBERDADE DE IMPRENSA E DE EXPRESSÃO SÃO ASPETOS IMPORTANTES PARA A CONSOLIDAÇÃO DA DEMOCRACIA?



Fonte: Inquérito aos jornalistas, 2022, AMPROCS, ACEP, LGDH e MIGUILAN, Guiné-Bissau

Olhando para estes dados fiquei com a impressão de que os inquiridos compreendem que o objetivo primordial de qualquer ser humano é o de ter liberdade, sobretudo a de pensar e se expressar. Quando um Estado decide intransigentemente adotar um regime democrático, o mais sensato é respeitar os princípios da liberdade de imprensa e expressão defendidos pela Constituição da República e as demais leis e convenções internacionais. Em suma, não há uma democracia genuína se a liberdade de imprensa e de expressão não existem.

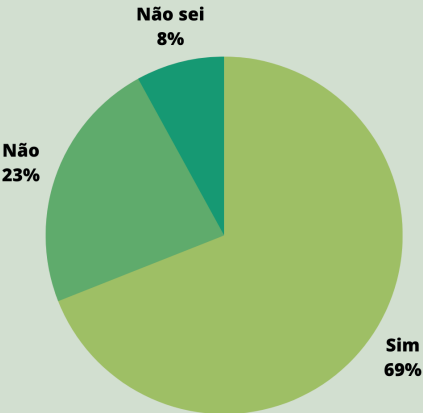
Quanto à questão da existência ou não da censura nos órgãos de comunicação social guineense, num total de 100 inquiridos, 94 confirmaram que existe censura nos órgãos da comunicação social guineense, 4 disseram que não existe este fenómeno na imprensa guineense e 2 escolheram a opção “não sabe”.

“A FALTA DE OBJETIVIDADE DEVE-SE, POR UM LADO, À FALTA DE FORMAÇÃO, E POR OUTRO É CONDICIONADA PELA FALTA DE ÉTICA E DA INDEPENDÊNCIA FINANCEIRA”

Em relação à existência ou não da autocensura nos órgãos da comunicação social guineense, de entre 100 inquiridos, 69 disseram que a autocensura é uma realidade na Guiné-Bissau, 23 negaram a existência da autocensura nos órgãos e 8 escolheram opção “não sabe”.

Os dados revelam claramente que a censura é um mal bem patente nos órgãos da comunicação social guineense, sobretudo estatais. Este mal extravasa todos os limites, ao ponto de transformar os órgãos numa propriedade privada de um grupo de pessoas. Esse fenómeno está a intensificar-se cada vez mais. Para ser direto, algumas informações relacionadas com figuras políticas e partidos opositores do regime, sobretudo quando são desconfortáveis para o regime, correm riscos de serem simplesmente censuradas.

Gráfico 23
HÁ AUTOCENSURA
NO JORNALISMO GUINEENSE?



Fonte: Inquérito aos jornalistas, 2022, AMPROCS, ACEP, LGDH e MIGUILAN, Guiné-Bissau

Esses dados levam a pensar que, por razões de existência de casos de censuras profundas, sobretudo nos órgãos públicos, os profissionais agora tendem a omitir, informações que deviam constituir uma notícia porque se calhar o assunto pode colocar em situações difíceis as autoridades estatais ou porque têm medo que a reportagem seja impedida de sair. Em suma, na Guiné-Bissau a maioria dos jornalistas guineenses não têm salários, não tendo salário, correm riscos de serem instrumentalizados para não publicar notícias que dizem respeito aos “podres” de certas figuras com poder económico.

CONCLUSÃO

Para garantir a credibilidade perante a sociedade os órgãos da comunicação social guineenses têm que ser organizados e apetrechados de meios materiais e recursos humanos capazes de exercer a profissão jornalística com objetividade e neutralidade, princípios que garantam a existência de um sistema de comunicação pluralista e defenda o Estado de Direito Democrático.

Nos últimos anos, a Guiné-Bissau apresenta quadros negativos em termos da liberdade de imprensa e de expressão e é imperativo melhorar a situação da liberdade de expressão e condições de segurança dos profissionais e órgãos de imprensa.

Em regimes democráticos, os governantes são responsáveis pela garantia de direitos fundamentais, entretanto o direito dos cidadãos e cidadãs serem informados/as e terem acesso a diferentes opiniões sobre assuntos dos seus interesses são dados adquiridos.

Quando um governante não consegue criar condições para que os profissionais da imprensa possam desempenhar com responsabilidade, objetividade, segurança e autonomia as tarefas que lhes dizem respeito é porque está a pôr em causa o seu papel enquanto Estado, e em consequência “atrapalha” todo o esforço para a consolidação de uma democracia genuína.

Perante os resultados do estudo, concluiu-se que a situação dos jornalistas na Guiné-Bissau é extremamente precária e que as suas tarefas são abaladas profundamente pelas diferentes vicissitudes, nomeadamente:

- 1.^a Falta da autonomia e segurança financeira por parte dos jornalistas;
- 2.^a Ameaças a liberdade de imprensa e de expressão;
- 3.^a Violação da integridade física e moral dos profissionais da imprensa guineense;
- 4.^a Existência da censura e autocensura, com destaque para os órgãos públicos;
- 5.^a Polarização (divisão) da classe jornalística;
- 6.^a Falta de objetividade e neutralidade no tratamento das informações.

Para fazer face a estes males que afetam a imprensa guineense e os seus

profissionais, é necessário que as autoridades políticas, parceiros internacionais e a própria classe jornalística levem em consideração algumas recomendações, nomeadamente:

- 1.º Que o Estado da Guiné-Bissau zele pela criação de subvenção económica (sem qualquer condição que coloca em causa a profissão jornalistas) aos órgãos de imprensa pelo serviço público prestado, de modo a garantir uma autonomia financeira;
- 2.º Que as autoridades nacionais não interfiram nas tarefas dos jornalistas;
- 3.º Que o Estado da Guiné-Bissau crie condições de segurança para que os jornalistas se sintam seguros no exercício das suas profissões;
- 4.º Que o Estado da Guiné-Bissau dote o Conselho Nacional de Comunicação social guineense (CNC) de poderes coercivos, capazes de reorganizar e regular as atividades da imprensa na Guiné-Bissau
- 5.º Que o Estado respeite e faça respeitar os princípios da liberdade de imprensa e de expressão plasmados na constituição da república, lei da imprensa nacional e demais leis internacionais ratificadas pelo Estado da Guiné-Bissau;
- 6.º Que sejam criados mecanismos para que a Ordem dos Jornalistas da Guiné-Bissau assuma a sua responsabilidade, no que tem que ver com a emissão da carteira profissional dos jornalistas, com vista a organizar a classe;
- 7.º Que os jornalistas cumpram com objetividade e neutralidade o dever de informar, independentemente da linha política dos proprietários ou dos diretores dos órgãos;
- 8.º Que os jornalistas, por razões da ética e moral, se afastem da militância política;
- 9.º Aos parceiros internacionais, que continuem a apoiar e apostar na capacitação dos jornalistas guineenses de modo a garantir um desempenho da tarefa com mais profissionalismo;
- 10.º Aos parceiros internacionais, que intensifiquem ainda mais as suas influências diplomáticas, fazendo o papel de advocacia junto das instituições responsáveis da república com vista a mitigar as constantes violações da liberdade de imprensa e de expressão bem como ataques contra os profissionais e órgãos de comunicação social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

António Soares Lopes (Tony Tcheca) (2015) Os media na Guiné-Bissau, Edições Corubal, Bissau

Fatima Camará, (2013). Papel da comunicação na construção da cidadania: caso da rádio comunitária Voz de Quelélé na Guiné-Bissau [Dissertação de mestrado, Iscte - Instituto Universitário de Lisboa]

Ivanildo Paulo Bodjam (2022). O perfil dos média na Guiné-Bissau. AMPROCS e ACEP, Bissau.

Miguel de Barros (2012). Os Mídia e os Direitos Humanos na Guiné-Bissau : o caso dos jornais Nô Pintcha, Diário de Bissau e Gazeta de Notícias, Revista Africana de Mídias, Volume 20, Números 1 e 2, 2012, pp. 83-100 CODESRIA, Dakar

ANEXOS

ANEXO Nº1 | FICHA DE INQUÉRITO SOBRE “CONDIÇÕES DE JORNALISTAS NA GUINÉ-BISSAU”

INFORMAÇÕES BÁSICAS

Inquiridor/a _____

Nº Inquirido/a _____ Região _____ Localidade/ Bairro _____

PERGUNTAS

Nome _____ Idade _____ Etnia/Raça _____

Habilitação literária: 12º ano _____ Profissional _____ Licenciado/a _____

Mestrado/a _____ Doutorado/a _____

Anos de exercício da profissão _____

Q.1.1 É casado/a? Sim _____ Não _____

Q.1.2 Tem filhos? Não _____ Se Sim, quantos _____

Q.1.3 É membro da AMPROCS? Sim _____ Não _____ SINJOTECS? Sim _____ Não _____

SITUAÇÃO DE JORNALISTAS E TÉCNICAS NOS ORGÃOS:

Q. 2.1 A questão da igualdade de género é respeitada nos órgãos da comunicação social?

Sim Não Em parte Muito Nunca

Q.2.2 Mulheres jornalistas são descriminadas em termos de agendamento de trabalho nos OCS?

Sim Não Em parte Muito Nunca

Q.2.3 Já sofreu agressão durante o trabalho? Não

Se sim que tipo? Física Verbal Psicológica

Q.2.4 Já sofreu assédio durante o trabalho? Não

Se sim, da parte do: Patrão/Empregador Colega de trabalho En-trevistado

SITUAÇÃO ECONÓMICA

Q.3.1 Tem um salário fixo? Sim Não

Q.3.2 Tem uma conta aberta num banco? Não

Sim em meu nome Sim em conjunto com um familiar

Q.3.3 Qual o destino do dinheiro que ganha?

Dá ao marido/esposa Despesas da casa Despesa com crianças
Consigo mesma

Q.3.4 Tem outra fonte de rendimento? Sim Não

DIREITOS HUMANOS/DESCRIMINAÇÃO

Q.4.1 Na sua carreira profissional deparou com algum problema em termos da progressão? Sim Não

Se sim, qual foi o motivo da não progressão na carreira enquanto jornalista?

Falta de oportunidade falta de competência filhos questão cultural

Q.4.2 Qual é a sua apreciação sobre o jornalismo que faz?

Boa Má Razoável

Se má, porquê?

Q. 4.3 Acha que um artigo escrito por uma mulher deve ser revisto por um homem? Sim Não

Q.4.4 Acha que um artigo escrito por um homem deve ser revisto por uma mulher? Sim Não

RELAÇÃO COM O PODER

Q.5.1 Os jornalistas guineenses sofrem a influência política nos exercícios das suas profissões?

Sim Não Não sabe Se sim: Pouca Alguma Muito

Q.5.2 Será que existe a Liberdade de imprensa e de expressão na Guiné-Bissau?

Sim Não Não sabe Se sim: Pouca Alguma Muito

Q.5.3 Na sua opinião, o governo está empenhado no combate a violação da liberdade de imprensa?

Sim Não Não sabe Se sim: Pouco Muito

Q.5.4 Os profissionais da comunicação social guineense se sentem seguros no exercício das suas profissões?

Sim Não Não sabe Se sim: Pouco Nem sempre Muito

Q.5.5 O governo da Guiné-Bissau garante a integridade física e moral dos profissionais da comunicação social?

Sim Não Não sabe Se sim: Pouco Nem sempre Muito

RESPEITO DA ÉTICA E DEONTOLOGIA

Q.6.1 Existe polarização (divisão) na imprensa guineense?

Sim Não Não sabe Se sim: Pouca Alguma Muito

Q.6.2 O suborno influencia o trabalho dos jornalistas na Guiné-Bissau?

Sim Não Não sabe Se sim: Pouca Alguma Muito

Q.6.3 Existe objetividade no tratamento de informações sensíveis na imprensa guineense?

Sim Não Não sabe Se sim: Pouca Alguma Muito

Q.6.4 Os conteúdos produzidos pela média guineense contribuem pela paz e estabilidade?

Sim Não Não sabe Se sim: Pouca Alguma Muito

Q.6.5 A falta formação influencia a neutralidade dos profissionais da comunicação social guineense?

Sim Não Não sabe Se sim: Pouca Alguma Muito

Q.6.6 A falta formação influencia a objetividade dos profissionais da comunicação social guineense?

Sim Não Não sabe Se sim: Pouca Alguma Muito

Q.7.1 A liberdade de imprensa e de expressão são algos importantes para consolidação da democracia?

Sim Não Não sabe Se sim: Pouca Alguma Muito

Q.7.2 A censura é uma realidade nos órgãos da comunicação social guineense?

Sim Não Não sabe

Q.7.3 A autocensura é uma realidade nos órgãos da comunicação social guineense?

Sim Não Não sabe

SE PUDESSE ESCOLHER UM TEMA PARA REPORTAGEM QUAL SERIA?

ANEXO N.º 2 – NOTAS SOBRE DOIS AUTORES

EXISTÊNCIA DAS RÁDIOS COMUNITÁRIAS NA GUINÉ-BISSAU: SUAS IMPORTÂNCIAS E DIFICULDADES.

De acordo com a dissertação subordinada ao título “Papel da Comunicação na Construção da Cidadania: Caso da Rádio Voz de Quelelé” da Mestre em comunicação Cultura e Tecnologias de Informação, Fátima Tchuma Camará, as rádios comunitárias surgiram numa determinada etapa do desenvolvimento socioeconómico do país, como uma resposta para ajudar as populações a saírem do “isolamento” e a promoção de espaço de debates sobre as grandes questões da vida comunitária.

“É claro que, não podemos menosprezar alguns avanços e desafios verificados no domínio dos media públicos e privados que têm estado a desempenhar um papel de relevo na informação e formação da população desde a luta armada de libertação nacional até ao presente. No entanto, de ponto de vista da comunicação, parece-nos salutar refletir sobre o papel das rádios comunitárias e suas potencialidades, por estarem mais próximas da comunidade, sobretudo das zonas mais recônditas do país” Fátima Tchuma Camará.

No que tem a ver com o aspeto legislativo, a Mestre Tchuma Camará de acordo com as consultas feitas assegurou que na Guiné-Bissau, não existe nenhuma lei específica que baliza o funcionamento das rádios comunitárias.

“O único quadro de referência é a Lei de Imprensa (Lei nº4/91), e promulgada em 1994, que confere aos cidadãos a liberdade de expressão e de opinião, apenas limitada nos termos da lei” explicou.

Em relação a forma de sobrevivência das rádios comunitárias na Guiné-Bissau Fátima Tchuma Camará na sua dissertação para o mestrado diz o seguinte: “Por serem órgãos de comunicação sem fins lucrativos, as rádios comunitárias têm grandes dificuldades de sobrevivência e sobretudo no pagamento semestral da licença de funcionamento”. Consultar p.23,26,28 da Dissertação de mestrado Fátima Camará, (2013) intitulado, “Papel da comunicação na construção da cidadania: caso da rádio comunitária Voz de Quelelé na Guiné-Bissau”, ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa].

ERA DA DEMOCRACIA: LIBERDADE DE IMPRENSA NUM CONTEXTO DO PLURALISMO DE INFORMAÇÃO SOMBRIO

Ao falar da imprensa na Guiné-Bissau, a mente nos reporta as cenas de constantes violações e espancamentos que desde os primórdios da independência até esta parte inquietam os profissionais da comunicação Social.

Entretanto, o autor Miguel de Barros no seu artigo intitulado “Os Media e direitos Humanos na Guiné-Bissau” publicado na Revista Africana de Mídias fez questão afirmar que a democracia pressupõe uma comunicação livre que permite processos participativos de diálogo e debate. Para Miguel de Barros, Os Media e os profissionais do jornalismo desempenham, por isso, um papel fundamental no combate à discriminação e à desigualdade e a sua contribuição pode ser extremamente positiva ao promoverem, no seio das sociedades, a compreensão mútua entre diferentes grupos étnicos, culturais e religiosos

“Na Guiné-Bissau, as transformações institucionais introduzidas em Maio de 1991 pela Assembleia Nacional Popular, com adoção do regime democrático (multipartidarismo, liberdade de associação e de expressão), deram início a um processo de criação de condições para uma intervenção política cada vez mais acentuada de outros sujeitos sociais” artigo “Os Media e Direitos Humanos na Guiné-Bissau: o caso dos jornais Nô Pintcha, Diário de Bissau e Gazeta de Notícias” Revista Africana de Mídias, Volume 20, Números 1 e 2, 2012, pp. 83 – 100 CODESRIA, Dakar.

FICHA TÉCNICA

Documento elaborado no âmbito do projecto Monitoria de Direitos e de Liberdades: Empoderamento de Mulheres e Jornalistas em Contextos de Instabilidade”

Autor: Baducaram Imbenque

Elaboração dos questionários: Baducaram Imbenque, Fátima Tchuma e Paula Silva de Melo, a partir de sugestões de Carlos Sangreman

Formação dos inquiridores: João Vaz e Paula Silva de Melo

Recolha de dados de inquérito feita pelos inquiridores: Fatumata Binta Candé, Região de Bafatá; Júlio Quintino B. na Maha, Região de Tombali; Sana Mandjam, Região de Quinara; Sabado Djata, Região de Oio; Beatriz Soares da Gama, Região de Biombo; Mariama Camará, Região de Cacheu; Odete Aua Sy, Região de Gabu; Nhima Nhima Mbumbé, Região de Bolama Bijagós; Naentren Sanca, SAB; Jacimira S. Sia, SAB.

Coordenação dos trabalhos de inquérito: João Vaz

Orientadores e revisão: Carlos Sangreman e Ana Filipa Oliveira

Capa: fotos com direitos reservados

Apoio: Cooperação Portuguesa

Data: Janeiro 2023

CADERNOS DA CASA

- n.º 1 Tráfico de Crianças na Guiné-Bissau - Informação de base e protecção legal
- n.º 2 A Violência contra as Meninas e Mulheres - Causas sociais e culturais e protecção legal
- n.º 3 Direitos Económicos das Mulheres - Percepções, práticas, tendências e desafios
- n.º 4 Talibés
- n.º 5 Campanhas pelos Direitos na Guiné-Bissau - Experiências de advocacia de OSC
- n.º 6 Ora di Diritu na Guiné-Bissau - Influência política e mobilização social em contextos de fragilidades institucionais
- n.º 7 Diálogo(s) com a Sociedade: Quotidianos de Guineenses em Tempos de Pandemia
- n.º 8 Manual de Jornalismo de Investigação
- n.º 9 Liberdade de Informação e de Expressão: Ameaças e Resistências
- n.º 10 Condições das mulheres e homens jornalistas na Guiné-Bissau

CASA DOS DIREITOS

A Casa dos Direitos é uma iniciativa de organizações da sociedade civil, promotora de diálogo entre diversos sectores da sociedade guineense, à volta da realização de direitos - económicos, sociais, culturais, cívicos, ambientais. Inscreve-se num esforço conjunto de compreensão da realidade e dos desafios que se vêm colocando à paz e ao desenvolvimento.

Criada no espaço da mais antiga Esquadra/Prisão de Bissau, é lugar de encontro, centro de recursos e sala de exposições e debates, aberto também a iniciativas de outros.

Este caderno foi realizado no âmbito do projecto Casa dos Direitos: Redes e Recursos para o Desenvolvimento, financiado pela Cooperação Portuguesa.

A Casa integra actualmente no consórcio organizações da sociedade civil como a Associação para a Cooperação Entre os Povos (ACEP), a Associação dos Amigos da Criança (AMIC), a Associação de Mulheres Profissionais da Comunicação Social (AMPROCS), a Liga Guineense dos Direitos Humanos (LGDH), a Mindjeris di Guiné Nô Lanta (MIGUILAN), a Rede Nacional de Associações Juvenis (RENAJ), a Rede Nacional de Luta Contra a Violência Baseada no Género e Criança e a Tiniguena - Esta Terra é Nossa!

Esta publicação foi elaborada com o apoio do Camões, I.P.. O conteúdo da mesma é da responsabilidade exclusiva dos autores e promotores e em nenhum caso pode considerar-se como reflectindo o ponto de vista do financiador.

PARCEIROS



APOIO

